

SEMINÁRIO TÉCNICO



CRISE CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS DESAFIOS NA CONVIVÊNCIA COM A SECA E A CHUVA EXTREMA

GRUPO TEMÁTICO: SOCIAL

5ª REUNIÃO – 11 DE JULHO DE 2024

Legenda:

- Diretriz validada em 13/5
- Diretriz proveniente dos encontros regionais

GRUPO DE TRABALHO SOCIAL		
ORD.	TEMAS	DIRETRIZES
1.	Segurança Hídrica	Apoiar medidas de acesso à água que considerem as necessidades dos pequenos produtores e dos povos e comunidades tradicionais, de modo a promover a justiça hídrica, com redução das desigualdades no acesso à água. (Montes Claros) VALIDADA
1.1	Saneamento Básico: Esgotamento sanitário Abastecimento de água <ul style="list-style-type: none">▪ captação e armazenamento de água• cisternas• açudes• poços de água de uso coletivo (subsídios para o	Readequar a delimitação estadual dos municípios que compõem o semiárido mineiro conforme indicadores técnicos recentes e demandar providência semelhante à União. Incentivar o uso de tecnologias sociais que contribuam para a garantia do direito de acesso à água nos municípios do semiárido expandido. Contribuir para a articulação das ações governamentais voltadas para a segurança hídrica, de modo a aumentar a sua efetividade. Incentivar a criação e fomentar o funcionamento dos poços de água de uso coletivo no semiárido mineiro expandido, por meio de subsídio à sua eletrificação (a exemplo de <i>kit</i> fotovoltaico), de modo a facilitar a distribuição de água.

	<p>funcionamento)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ tratamento ◦ Reúso de águas residuais. 	<p>Estimular o financiamento e o acesso a sistemas de irrigação e outras tecnologias que proporcionam segurança hídrica aos produtores rurais.</p> <p>Apoiar ações de reservação de cursos d'água em propriedades rurais que não coloquem em risco o abastecimento hídrico de outras propriedades e comunidades.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias de captação e uso de água para consumo humano, animal e para a produção, em parceria com prefeituras e com organizações da sociedade civil visando o atendimento de comunidades rurais.</p> <p>Fortalecer as ações de saneamento básico no Estado, especialmente nos municípios do semiárido expandido, de modo a ampliar o acesso à rede coletora de esgoto, à água tratada e à coleta/destinação/tratamento de resíduos. (Montes Claros) VALIDADA</p> <p>Fomentar ações de proteção e recuperação de áreas de nascentes em parceria com organizações da sociedade civil.</p> <p>Demandar e fiscalizar o financiamento, com recursos do Fhidro ou da cobrança pelo uso de recursos hídricos, das ações mapeadas pelos comitês de bacias hidrográficas, de forma continuada.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de sistemas de dessalinização ou de tratamento simplificado de água.(Araçuaí) VALIDADA</p>
<p>2. Segurança Alimentar</p>		
<p>2.1</p>	<p>Direito Humano à Alimentação Adequada</p>	<p>Acompanhar a elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais.</p> <p>Fomentar a criação de Bancos de Alimentos articulados em rede, de modo a reduzir o desperdício de alimentos.</p> <p>Demandar a regulamentação da distribuição de cestas básicas para as populações afetadas por grandes catástrofes climáticas.</p> <p>Respeitar a cultura alimentar dos povos e comunidades tradicionais, tanto no que se refere ao modo de produção, quanto à garantia de acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas.</p> <p>Discutir a delimitação de áreas livres de transgênicos e agrotóxicos para proteção de territórios de povos e comunidades tradicionais – PCT.</p>

		<p>Adotar as propostas da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e o conteúdo do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional como referências para o acompanhamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Sans – no Estado.</p> <p>Incluir no planejamento do Estado ações de Sans, de forma objetiva e transparente, de modo a explicitar em cada uma delas a atividade desenvolvida, o produto esperado e as metas a serem alcançadas em cada região, para permitir o acompanhamento efetivo das ações de Sans implementadas pelo Estado e a sua contribuição para a garantia de segurança alimentar e nutricional da população mineira.</p>
3.	Agro – Produção e Comercialização de Alimentos	
3.1	Produção Agroecológica	Fomentar as bases para a transição agroecológica no Estado, em consonância com a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo –, referenciada pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Pnapo – e pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo –, em parceria com universidades e institutos de educação.
3.2	Uso de agrotóxico	<p>Incentivar a agricultura sustentável no Estado, com a utilização de métodos alternativos de produção, que reduzam o uso de agroquímicos.</p> <p>Apoiar ações de capacitação de produtores rurais quanto ao uso e à aplicação de defensivos agrícolas e de bioinsumos, incluindo orientações sobre saúde e uso de EPIs.</p> <p>Fomentar a agricultura regenerativa.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de moléculas de defensivos menos prejudiciais à saúde.</p>
3.3	Agricultura familiar e comunitária	<p>Promover a agricultura familiar por meio do reconhecimento do seu papel na produção de alimentos para o abastecimento interno.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de agroindústrias, sua regularização sanitária e outros mecanismos de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, de modo a aumentar a renda dos produtores rurais familiares.</p> <p>Apoiar os municípios no seu papel de oferecer suporte à produção agrícola familiar, com a disponibilização de equipamentos necessários e em tempo hábil para assegurar o plantio e a colheita.</p> <p>Apoiar o desenvolvimento de maquinários agrícolas específicos para a agricultura de baixa escala e facilitar o acesso a eles por pequenos produtores.</p>

3.4	Assistência Técnica	Fortalecer os programas de assistência técnica convencional e especializada em agroecologia, pública e gratuita, para agricultores, de modo a ampliar a oferta de alimentos e agregar valor à produção rural.
3.5	Apoio à comercialização	Promover a articulação entre municípios para incremento das vendas para o mercado institucional. Incentivar a habilitação sanitária para comercialização de produtos de origem animal (leite, carne, ovo, pescado e mel) e derivados. Aperfeiçoar os mecanismos de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar e de pequenos produtores, inclusive com incentivos à exportação.
4.	Regularização Fundiária	
4.1	Povos e Comunidades Tradicionais	Reconhecer a proteção das terras dos povos e comunidades tradicionais como UMA DAS estratégiaS de preservação das águas e dos biomas, bem como de aumento da resiliência dessas populações na convivência com os efeitos da crise climática. (Montes Claros) VALIDADA COM ALTERAÇÃO NO TEXTO Contribuir para que os processos de regularização fundiária dos PCTs sejam referenciados em estudos técnicos realizadas por equipes especializadas e multidisciplinares, compostas, inclusive, por profissionais das ciências sociais, como o antropólogo. Contribuir para a agilidade dos processos de regularização fundiária das áreas relacionadas aos povos e comunidades tradicionais, com especial atenção aos territórios indígenas e quilombolas. Demandar reconhecimento formal pelo Estado, como guardiões do meio ambiente, das comunidades e povos tradicionais e suas práticas. (Montes Claros) EXCLUÍDA (Conteúdo já contemplado na primeira diretriz do tema)
5.	Vigilância em Saúde	
5.1	Controle da arboviroses, Covid e outras doenças	Ampliar/fomentar medidas de prevenção e controle da proliferação do mosquito <i>Aedes aegypti</i> . Incentivar o desenvolvimento de vacinas contra dengue, de modo a possibilitar a ampliação da cobertura vacinal. Incentivar o desenvolvimento e a disseminação de métodos de controle biológico do mosquito <i>Aedes aegypti</i> como medida complementar às demais ações de controle das arboviroses, a exemplo do método Wolbachia. Fortalecer os mecanismos de monitoramento e vigilância epidemiológica para os casos de dengue em uma determinada

		<p>região, para identificar surtos precocemente e tomar medidas de controle adequadas.</p> <p>Ampliar a fiscalização de imóveis que desenvolvam atividades que gerem acúmulo de material ou outra condição que favoreça a proliferação do mosquito da dengue.</p> <p>Desenvolver campanhas de mídia e atividades de mobilização social direcionadas a todos os públicos, com informações sobre dengue, chikungunya e zika e sobre a importância da adesão às vacinas e do envolvimento da comunidade nas ações de prevenção.</p> <p>Acompanhar, no âmbito do Estado, a adoção das Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, da Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde.</p> <p>Apoiar o estabelecimento de fluxos de identificação de situações de altas temperaturas e seu impacto nas condições de saúde, de modo a assegurar o atendimento oportuno às demandas nessa área.</p> <p>Incentivar as Práticas Integrativas Complementares à Saúde – PICS.</p>
6.	Estrutura Urbana	
6.1	Habitação segura	<p>Articular a ampliação no Estado dos programas estaduais e federais de Habitação de Interesse Social, de modo a assegurar condições para a retirada definitiva de famílias que vivem em áreas de risco, proporcionando a elas moradia segura e digna.</p> <p>Incluir a melhoria das habitações rurais nos programas de financiamento da agricultura familiar.</p> <p>Fortalecer os programas de melhoria habitacional, ampliando seu escopo e suas metas físicas para atender às demandas locais, em escala adequada para suprir as necessidades do Estado.</p>
7.	Assistência Social	<p>Garantir renda básica para as pessoas em extrema pobreza que residem em regiões afetadas pela seca, de modo a assegurar condições mínimas de sobrevivência e de permanência da população nessas regiões.</p> <p>Ampliar o cofinanciamento estadual da política de assistência social, para proporcionar infraestrutura e capacidade técnica aos municípios para atender às demandas das comunidades rurais e dos povos e comunidades tradicionais referentes a essa política.</p> <p>Estabelecer cofinanciamento estadual específico para o Serviço de Proteção em Calamidades Públicas e Emergências, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS –, para atender às situações de emergência provocadas pela</p>

		<p>crise climática (seca e chuvas extremas), assegurando provisões de ambiente físico, recursos materiais e humanos e trabalho social para a manutenção de abrigos temporários.</p> <p>Discutir o conceito de refugiado climático e a regulamentação necessária para o seu adequado acolhimento social no âmbito do SUAS. (Uberlândia e Araçuaí) VALIDADA</p>
8.	Trabalho e Renda	<p>Fortalecer as ações de geração de trabalho para jovens e mulheres das zonas rurais em atividades não agrícolas.</p> <p>Ampliar as metas das ações de qualificação profissional no Estado, nas diferentes modalidades, de modo a atender as demandas locais por qualificação.</p> <p>Fomentar alternativas de geração de trabalho e de renda para as pessoas residentes em áreas afetadas pela seca, de modo a possibilitar a sua permanência nesses territórios com condições dignas de vida.</p> <p>Fortalecer a Economia Popular Solidária como alternativa para a inclusão produtiva e a geração de renda.</p> <p>Incluir a sucessão rural na Política de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar (PL nº 313/2019, que altera a Lei 21.156/2014, que institui a política estadual de desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar). (Araçuaí) VALIDADA</p>
9.	Atenção às especificidades das comunidades tradicionais	<p>Incentivar, no que diz respeito a povos e comunidades tradicionais, o respeito à língua ou ao modo de falar, aos modos de produção de alimentos e hábitos alimentares e apoiar a comercialização de seu artesanato.</p>
10.	Atenção às necessidades e demandas específicas de mulheres e jovens	
11.	Justiça Ambiental	<p>Incorporar a perspectiva de gênero e raça nos projetos de enfrentamento dos efeitos da crise climática, CONSIDERANDO A MAIOR VULNERABILIDADE DE MULHERES E NEGROS, de modo a reduzir as desigualdades ambientais. relacionadas a esses aspectos. (Montes Claros e Araçuaí) VALIDADA COM ALTERAÇÕES</p> <p>Adotar estratégias de enfrentamento das desigualdades climáticas que considerem as demandas específicas das populações rurais e urbanas. (Montes Claros e Araçuaí) VALIDADA</p>
12.	Participação Social	<p>Fomentar a organização comunitária local e a participação social nas discussões e decisões sobre as estratégias de</p>

~~enfrentamento da seca~~ CONVIVÊNCIA COM EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS em cada localidade. (Montes Claros) VALIDADA COM ALTERAÇÕES

Promover a formação de jovens e adultos – homens e mulheres – de forma a desenvolver a sua compreensão sobre as dinâmicas climáticas em andamento, incentivando a busca de soluções locais para os riscos de enchentes e secas severas. (Montes Claros) VALIDADA